

**AÇÕES DE REDUÇÃO DE IMPACTO
AMBIENTAL DAS EMPRESAS
QUE COMPÕEM O ÍNDICE
DE SUSTENTABILIDADE DA
BM&FBOVESPA**

*ACTIONS TO REDUCE ENVIRONMENTAL
IMPACTS OF COMPANIES IN THE BM&FBOVESPA
SUSTAINABILITY INDEX*

*ACCIONES DE REDUCCIÓN DEL IMPACTO
AMBIENTAL DE LAS EMPRESAS QUE COMPONEN
EL ÍNDICE DE SOSTENIBILIDAD DE LA
BM&FBOVESPA*

Revista ALCANCE

Eletrônica

ISSN: 1983-716X

Disponível em:

www.univali.br/periodicos

v. 22; n. 01

Jan./Mar.-2015

Doi: [alcance.v22n1.p151-172](https://doi.org/10.24080/alcance.v22n1.p151-172)

Submetido em: 22/10/2014

Aprovado em: 25/04/2015

**ANA AUGUSTA ALMEIDA DE SOUZA¹ | LARISSA MARCHIORI PACHECO²
ADRIANA CRISTINA FERREIRA CALDANA³ | LARA BARTOCCI LIBONI⁴**

RESUMO

A mudança de paradigmas enfrentada pelas empresas e as pressões feitas para que essas adotem os preceitos da sustentabilidade justificam a execução deste estudo. Dessa forma, o objetivo geral é verificar práticas de evidenciação e de gestão ambiental dos relatórios de sustentabilidade do conjunto de empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2014. Para isso, dois objetivos específicos foram criados: verificar se as empresas seguem as diretrizes do GRI para reportarem suas ações ambientais e identificar quais práticas de gestão ambiental são mais reportadas pelas empresas. A interpretação das informações se deu por meio da análise documental e da análise categórica temática, uma das técnicas da análise de conteúdo. Quanto à evidenciação das práticas, todas as empresas possuem sua própria maneira de reportar suas práticas de gestão ambiental, não encontrando a estrutura proposta pelo GRI em nenhum dos relatórios. Quanto às práticas de gestão ambiental mais evidenciadas, verificou-se que a preocupação está em adequar os processos produtivos aos preceitos da sustentabilidade por meio de seu redesenho e do uso eficiente dos recursos como água e energia elétrica. Contudo, nenhuma vez foi apresentada preocupação quanto ao ciclo de vida do produto.

Palavras-chave: Responsabilidade social corporativa. Gestão ambiental corporativa. GRI.

1 Mestranda, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Brasil - anaaugusta38@gmail.com

2 Mestranda, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Brasil - lari.marchiori@gmail.com

3 Doutora, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Brasil - caldana@fearp.usp.br

4 Doutora, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Brasil - iara.liboni@gmail.com

ABSTRACT

The paradigm shift faced by companies, and the pressures on them to adopt the precepts of sustainability, justify the execution of this study. The overall objective is to verify disclosure and environmental management practices in the sustainability reports of the companies listed on the Corporate Sustainability Index (CSI) of BM&FBovespa in 2014. For this, two specific objectives were created: to determine whether these companies are following the GRI guidelines to report their environmental actions; and to identify which environmental management practices are most reported by the companies. The interpretation of the information was done through documentary analysis and thematic categorical analysis, one of the techniques of content analysis. In regard to the disclosure of practices, each company has its own way of reporting its environmental management practices, and the structure proposed by the GRI was not found in any of the reports. The most prevalent environmental management practices found were a concern to adapt the company's industrial processes to the principles of sustainability, through their redesign and the efficient use of resources such as water and electricity. However, at no time was any concern presented in relation to the product life cycle.

Keywords: Corporate social responsibility. Corporate environmental management. GRI.

RESUMEN

El cambio de paradigmas enfrentado por las empresas y las presiones realizadas para que las mismas adopten los preceptos de la sostenibilidad justifican la ejecución de este estudio. De esta manera, el objetivo general es verificar las prácticas de evidenciación y de gestión ambiental de los informes de sostenibilidad del conjunto de empresas listadas en el índice de sostenibilidad empresarial (ISE) de la BM&FBovespa del año 2014. Para ello fueron creados dos objetivos específicos: verificar si las empresas siguen las directrices del GRI para reportar sus acciones ambientales e identificar cuáles son las prácticas de gestión ambiental más reportadas por las empresas. La interpretación de las informaciones se hizo por medio del análisis documental y del análisis categórico temático, una de las técnicas del análisis de contenido. En relación a la evidenciación de las prácticas, todas las empresas poseen su propia manera de reportar sus prácticas de gestión ambiental, y no se encontró la estructura propuesta por el GRI en ninguno de los informes. En cuanto a las prácticas de gestión ambiental más evidenciadas, se verificó que la preocupación está en adecuar los procesos productivos a los preceptos de la sostenibilidad por medio de su rediseño y del uso eficiente de los recursos como agua y energía eléctrica. Con todo, en ninguna ocasión se demostró preocupación en relación al ciclo de vida del producto.

Palabras clave: Responsabilidad social corporativa. Gestión ambiental corporativa. GRI.

INTRODUÇÃO

A BARCADAS pelas diversas mudanças culturais e de valores pelas quais passaram as sociedades em todo o mundo, as empresas começaram a ser questionadas e impulsionadas para a redefinição de seus valores e papel

social (CARROL, 1999; DE OLIVEIRA CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008; BARAKAT, 2013). A discussão sobre o papel das empresas na sociedade é secular, contudo os trabalhos que marcaram o início da formalização dos estudos na área datam de meados da década de 50, com a vanguarda de Bowen (1957) com sua obra *Responsabilidades sociais dos homens de negócios*. Desde então as questões sociais e de comportamento ético passaram a ser pauta principal dos movimentos sociais que arguíam contra o capitalismo e as teorias que o sustentavam.

A evolução desta discussão tangenciou a formalização do conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado pela primeira vez no Relatório Brundtland em 1987 (WCED, 1987). Este consolida a preocupação direcionada à continuidade das atividades econômicas e a perpetuidade da vida no planeta em condições aceitáveis e, por isso, propõe que as nações mantenham níveis de desenvolvimento econômico que não comprometam a capacidade do planeta de atender as gerações futuras (BÜRGERS; CHRISTEN, 2011). Os três princípios que fundamentam o conceito de desenvolvimento sustentável são a integridade ambiental, a equidade social e a prosperidade econômica (BANSAL, 2005).

A tradução literal deste paradigma para a realidade empresarial se deu por meio da consolidação do termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Segundo Elkington (1997), para que uma empresa seja socialmente responsável esta deve estar atenta à dimensão econômica, à social e à ambiental, de maneira que a responsabilidade social corporativa seja a contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável (CHEN; FELDMANN; TANG, 2015). Para Carrol (1999), a RSC pode ser compreendida com uma conduta proativa da empresa na busca de não apenas ser lucrativa para seus acionistas e cumprir as leis impostas pelo governo, como também de considerar outros atores em sua rede de atuação adicionando a preocupação ética e discricionária às suas responsabilidades de negócio.

Parente (2013) afirma que a conexão feita entre o conceito de RSC e desenvolvimento sustentável tornou tangível a concepção do primeiro e fez com que o último se tornasse parte fundamental deste. Neste sentido, as questões sociais e ambientais passaram a ser inseridas nas responsabilidades dos negócios, sendo que a questão da sustentabilidade dos recursos tornou-se ainda mais relevante.

Em se tratando especificamente das ações empresariais ligadas ao pilar ambiental da RSC, alguns estudos apontam similaridades entre as práticas realizadas em diferentes setores da economia como, por exemplo, a alteração de processos para redução de emissões atmosféricas, projetos focados na educação ambiental junto à comunidade e aos colaboradores, processos operacionais novos, tecnologias e sistemas de gestão de energia integrada (BORGES; ROSA; ENSSLIN, 2010; GALVEZ-MARTOS; STYLES; SCHOENBERGER, 2013).

Contudo, às empresas não apenas resta a pressão de ser socialmente responsável, mas também de ser transparente ao relatar como conduz o seu comportamento neste sentido. Como mecanismo de veiculação e prestação de esclarecimentos à

sociedade quanto às suas ações no sentido de legitimá-las, as empresas passaram a fazer uso dos Relatórios de Sustentabilidade (ALTOÉ et al., 2013). Em maioria, estes são publicados segundo o padrão internacional *Global Reporting Initiative* (GRI), já que a adoção de uma estrutura comum feita por uma empresa com legitimidade global tende a conferir a credibilidade necessária às informações reportadas, pelas empresas, ao público interessado. Nota-se, portanto, a mudança de paradigmas enfrentada pelas empresas no sentido de buscar a legitimação de sua atividade por meio da evidenciação de suas ações de Responsabilidade Social Corporativa.

O presente estudo se justifica em função de contribuir com o avanços no entendimento das práticas de evidenciação de RSC das empresas brasileiras, dando continuidade aos trabalhos desses autores como Da Silva et al. (2009), Conceição, Dourado e Silva (2012), Los et al. (2014) e Parente et al. (2014). Ainda, a motivação para realizar esta pesquisa é apoiada no crescente debate sobre a falta de credibilidade e o fornecimento de informações completas sobre Responsabilidade Social Corporativa, conforme também evidenciado por Adams e Evans (2004), Da Silva et al. (2009), Michelon, Pilonato e Ricceri (2014), Fonseca, McAllister e Fitzpatrick (2014) e Borges, Rosa e Ensslin (2010).

No campo prático, este estudo das práticas de evidenciação visa fornecer às empresas quais informações estão sendo divulgadas, principalmente, na questão ambiental da RSC, para que a partir do estudo, elas possam revisar ou, até mesmo, incrementar suas práticas ambientais relatadas e praticadas atualmente dentro de suas possibilidades.

Assim, o objetivo geral deste estudo é verificar práticas de evidenciação e de gestão ambiental dos relatórios de sustentabilidade do conjunto de empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa do ano de 2014, pois a importância da evidenciação ambiental das organizações aumenta conforme seu tamanho, visibilidade da mídia e interesse dos investidores (BAUER; NAIME, 2012), características partilhadas pelas empresas listadas no ISE.

Para isso, dois objetivos específicos foram criados: analisar se as empresas seguem as diretrizes do GRI para reportarem suas ações ambientais e identificar quais práticas de gestão ambiental são mais reportadas pelas empresas. As próximas seções trazem, em sequência, o referencial teórico utilizado como base para as análises feitas, bem como os procedimentos metodológicos utilizados, os resultados e as discussões e as conclusões obtidas por meio do estudo realizado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção tem como objetivo apresentar os principais conceitos que fundamentaram as análises realizadas neste estudo, bem como orientaram a sua interpretação. Primeiramente é abordada uma perspectiva histórica do surgimento dos conceitos de Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade.

Posteriormente são apresentadas Práticas de Sustentabilidade nas Empresas, com enfoque na gestão dos recursos ambientais e, por último, as práticas empresariais de evidenciação de seus projetos e resultados nesta área.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E A SUSTENTABILIDADE

A discussão sobre o papel das empresas na sociedade é secular, contudo os trabalhos que marcaram o início da formalização dos estudos na área datam de meados da década de 50. A primeira publicação de Bowen (1957), intitulada *Responsabilidades sociais dos homens de negócios*, marcou formalmente o início da discussão sobre o propósito dos negócios e qual seria a sua contribuição para a sociedade. Esta primeira definição tinha como foco apenas o executivo principal e suscitava a necessidade de que estes buscassem atuar e tomar suas decisões pautadas nos valores e nos objetivos do meio nos quais estavam inseridos (BOWEN, 1957).

Levitt, em contrapartida, lança a obra *The Dangers of Social Responsibility*, na qual afirma que “o trabalho do governo não são os negócios e o trabalho dos negócios não é o governo” (LEVITT, 1958). Posteriormente, Friedman apresenta a teoria dos *stockholders*, na qual afirmava que o papel das empresas era enriquecer o máximo que pudessem, dentro dos limites da lei, com o objetivo de maximizar o retorno aos seus acionistas, já que esta é a sua função principal – qualquer outra atividade, como, por exemplo, a filantropia, poderia tirar o seu foco deste objetivo e levar ao descumprimento de seu dever fiduciário (SERPA; FOURNEAU, 2007).

Nos anos seguintes, até os anos 80, grandes avanços foram feitos na área influenciados pelos grupos avessos às ideias de Friedman e Levitt, e as discussões passaram a abranger as responsabilidades da empresa que já não mais se resumiam a questões legais, econômicas ou contratuais (CARROL, 1999). A busca pela definição clara sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e suas práticas permeou o tema central das obras da época. Contudo ainda na prática as atividades realizadas seguiam focadas no gestor principal das empresas e resumiam-se em filantropia.

Uma destas definições foi apresentada por Carrol (1999) em 1983. Segundo o autor, a RSC envolve a conduta de um negócio de forma que ele seja economicamente rentável, observador da lei e solidário ética e socialmente. Tal compreensão posteriormente seria revisitada pelo mesmo autor, o qual apresenta o seu modelo de quatro “partes” para definição do negócio socialmente responsável – ou seja, aquele que se preocupa com as quatro responsabilidades do negócio: econômica, legal, ética e filantrópica.

As pesquisas que surgiram desde o início da década de 90 buscavam contestar os argumentos dos movimentos contrários à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), visando correlacionar a adoção de tal postura com um melhor desempenho financeiro das empresas. As ações de RSC foram se expandindo e, em 1997, Elkington criou a teoria do *triple bottom line*, que surgia como uma nova interpretação da

RSC. O autor afirmava que as empresas poderiam alcançar o desenvolvimento sustentável se avaliassem três dimensões: econômica, social e ambiental (ELKINGTON, 1997 apud BOLIS; BRUNORO; SZNELWAR, 2014). Sua teoria se baseou no conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado primeiramente no Relatório de Brundtland em 1987 (WCED, 1987).

O termo “desenvolvimento sustentável” está associado à sustentabilidade e ambos possuem uma interpretação similar. O primeiro representa um modelo de desenvolvimento que considera que as necessidades das gerações atuais devem ser alcançadas sem que se comprometa a possibilidade de que as gerações futuras assim também o façam. Todorov e Marinova (2011) afirmam que a sustentabilidade está vinculada à preocupação com as “diversas atividades humanas relacionadas ao uso de recursos, incluídos os naturais, humanos e financeiros, implicando em continuidade no longo-prazo e habilidade de manter tais atividades indefinidamente”.

De acordo com Bolis, Brunoro e Sznelwar (2014), o tema da sustentabilidade foi primeiramente citado em um estudo publicado em 1713 por von Carlowitz (1732), o qual discutia a necessidade de se considerar as limitações dos recursos naturais no desenvolvimento econômico de uma região. Desde então, o entendimento sobre o tema vem sendo ampliado e, principalmente nas últimas quatro décadas, vem sendo debatido com mais afinco em razão do termo “desenvolvimento sustentável” cunhado pelo Relatório Brundtland, ou *Our Common Future*, lançado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987).

Sharma e Vredenburg (1998) adicionam que o relatório supracitado postulou o papel positivo das empresas em aprofundar a causa da proteção ambiental ao integrar proteção ambiental e *performance* econômica, o que se opõe à visão tradicional de serem as empresas, o problema e o governo, a solução. Basicamente, as empresas deveriam buscar um equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais de seus negócios – o que futuramente seria apresentado como a abordagem chamada *Tripple Bottom Line*, desenvolvida por Elkington em 1997, conforme já citado.

Smerenick e Andersen (2011) afirmam que muitos autores concordam que a sustentabilidade esteja baseada na diminuição do impacto ambiental, fechamento do ciclo de consumo para eliminar desperdício e redução de recursos desnecessários, ou seja, a ideologia central da sustentabilidade resta na ecoeficiência. Também Moldan, Janoušková e Hák (2012) postulam que a sustentabilidade tem como objetivo conservar os recursos naturais para garantir um desenvolvimento contínuo e sustentar todas as formas de vida.

Destarte, a preocupação com a sustentabilidade dos recursos ambientais e sua gestão eficiente é considerada parte integrante do conceito de responsabilidade social corporativa, mas não o representa em seu todo. De qualquer maneira, ações empresariais nesta seara evidenciam a sua preocupação com aspectos éticos, que vão além dos objetivos estritamente econômicos ou legais, abrangendo o ambiente em que estão inseridas.

Práticas de Sustentabilidade nas Empresas

O conceito de sustentabilidade é útil para debater importantes questões como a economia, a sociedade, o meio ambiente e a relação desses com o progresso futuro. É nesse relacionamento que se encontra o modo de se pensar o conceito de sustentabilidade. Um modo útil de interpretar esse conceito é pensá-lo como um processo de integração entre as questões sociais, ambientais e econômicas em um longo prazo, permanecendo aberto, contudo, o modo de se concretizar esse processo e os objetivos envolvidos nesse percurso (ROBINSON, 2004). A sustentabilidade, portanto, é uma prática de longo prazo que usa diferentes recursos para se chegar a um objetivo.

A flexibilidade desse modo de pensar a sustentabilidade traduz a transição pela qual estão passando as empresas. As mudanças externas de paradigma afetaram diretamente as empresas e, por isso, elas estão modificando padrões de gestão com o intuito de torná-los socialmente responsáveis e ambientalmente corretos (DE OLIVEIRA CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Para isso, elas adotam práticas de gestão ambiental com objetivos diversos, como a redução no uso de energia e/ou de emissões atmosféricas, a reciclagem, entre outras ações.

Borges, Rosa e Ensslin (2010) destacam algumas das práticas de gestão ambiental mais realizadas por empresas do setor industrial de papel e celulose, como manutenção de "Reserva natural", "monitoramento para evitar impactos ambientais", "redução de emissões atmosféricas" e "projetos focados na educação ambiental junto à comunidade e aos colaboradores". Alperstedt, Quintella e Souza (2010) também encontraram práticas de gestão ambiental nas empresas de seu estudo, que sejam predominantemente relacionadas a produtos e não a processos, como a capacidade de desenvolver processos operacionais novos e tecnologias.

Ainda, esses autores perceberam a importância da sociedade e das instituições governamentais para a mudança de comportamento das empresas, mas notaram que principalmente as grandes empresas mostraram estar se deslocando para um nível de proatividade da gestão ambiental e como reflexo disso está a incorporação de políticas ambientais na política organizacional e monitoramento ambiental por meio de indicadores próprios (ALPERSTEDT; QUINTELLA; SOUZA, 2010).

O setor de serviços também possui práticas sustentáveis de gestão ambiental que são alvos de estudos, como o de Galvez-Martos, Styles e Schoenberger (2013), que citam práticas de eficiência energética possíveis de serem aplicadas no setor varejista, como: ter um sistema de gestão de energia integrado com um sistema de monitoramento abrangente que permita a identificação de oportunidades para a economia de energia; criar estratégias baseadas na eficiência das lâmpadas, controle inteligente e usar a luz do dia quando apropriado, estabelecer a operacionalização de prédios "zero de energia", usando fontes de energias renováveis ou investindo em instalações de energia renovável, além de mensurar a eficiência energética de

todo o prédio. Hathroubi, Peypoch e Robinot (2014) mostram práticas de gestão ambiental de hotéis na Tunísia, onde a utilização de energias limpas ou de fontes renováveis também é valorizada, assim como a adoção de certificações ambientais, como ISO 14001 e reciclagem de resíduos.

É possível verificar por meio destes estudos que as práticas de sustentabilidade nas empresas são uma preocupação latente nos mais diversos setores empresariais, atuando no sentido de tornar proativo o papel destas na redução dos danos à sociedade e ao meio ambiente que sua atividade possa vir a causar.

Práticas de evidenciação

As recentes pressões quanto à escassez de recursos naturais, as críticas midiáticas, as legislações e as organizações não governamentais provocaram certa mudança no padrão comportamental das empresas, exigindo delas maior transparência com relação ao seu impacto no meio em que atuam. Como um mecanismo de prestar esclarecimentos, a sociedade quanto às suas ações para prevenir e diminuir os riscos ambientais de suas atividades, as empresas começaram a reportar suas práticas ambientais internas em Relatórios de Sustentabilidade (ALTOÉ et al., 2013).

Da Silva et al. (2012) afirmam que a divulgação voluntária destas informações por meio de relatórios tornou-se uma prática corriqueira em diversos setores desde o início da década de 1990 e, apesar de recente, esse padrão comportamental tornou-se relevante. Hoje, além das empresas reportarem suas práticas sustentáveis, estas buscam uma maneira de legitimar seus relatos (CORMIER; MAGNAN, 2013), já que garantir a veracidade do conteúdo é importante para os seus *stakeholders*.

A evidenciação ambiental, segundo Borges, Rosa e Ensslin (2010), pode agregar valor às empresas por promover transparência e garantir conformidade às leis as quais estão submetidas. Contudo, os autores advertem para o fato de a evidenciação não ser obrigatória, o que dificulta a padronização desta prática entre as empresas, comprometendo a avaliação destas informações. A adoção de uma estrutura comum feita por uma empresa com legitimidade global confere a credibilidade necessária às informações reportadas pelas empresas aos seus *stakeholders*.

Em função disto, as empresas têm adotado o padrão *Global Reporting Initiative* (GRI) para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, os quais são referência mundial para modelos de reportes empresariais (FONSECA; MCALLISTER; FITZPATRICK, 2014). Para esta instituição, a realização de relatórios de sustentabilidade é uma prática de “medir, divulgar e prestar contas aos *stakeholders* internos e externos para o desempenho organizacional em direção ao objetivo do desenvolvimento sustentável” (GRI, 2010).

A GRI é uma organização não governamental responsável por disseminar globalmente a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade baseado em padrões estruturais produzidos por ela, oferecendo um conjunto abrangente de índices e

diretrizes para que as empresas possam aumentar a transparência de suas ações. Com relação à dimensão ambiental, a GRI propõe uma formatação básica que pode ou não ser seguida pelas empresas que adotam sua estrutura de relatório, a saber:

- Forma de gestão: em que as empresas podem relatar sua gestão ambiental interna quanto aos aspectos materiais, de energia, hídricos, biodiversidade, emissões, efluentes, resíduos, produtos, serviços, transporte e geral.
- Metas e desempenho: destacam o objetivo geral da organização em relação ao desempenho ambiental e exporiam as metas da organização utilizando indicadores internos.
- Políticas: definem o compromisso global da organização com os aspectos ambientais ou onde podem ser encontradas tais políticas em domínio público, indicando *websites*;
- Responsabilidade organizacional: explicita o cargo mais alto responsável operacionalmente pelos aspectos ambientais ou explica como a responsabilidade é dividida na alta gerência;
- Formação e sensibilização: espaço para as empresas relatarem procedimentos dessa natureza em relação aos aspectos ambientais;
- Monitoramento e acompanhamento: destinado para listar as certificações ambientais e auditorias realizadas;
- Indicadores de *performance* ambiental do GRI.

Apesar de ter uma adoção global, autores também têm feito críticas em relação à falta de padronização na apresentação das informações ambientais, sociais e econômicas nos relatórios, configurando, assim, um novo problema dos relatórios de sustentabilidade para os *stakeholders*. Um dos problemas é a dificuldade em analisar as informações, impossibilitando comparações, a fim de descobrir quais empresas são mais comprometidas com a preservação, a recuperação e a manutenção do meio ambiente. Os mesmos autores ainda afirmam que as empresas não se preocupam em escrever textos dos quais sejam possíveis de retirar informações (COSTA; MARION, 2007; ALTOÉ et al., 2013). Michelin, Pilonato e Ricceri (2014) também encontraram problemas na evidenciação realizada pelos relatórios, inclusive aqueles que seguem o GRI. Limitações quanto à comparabilidade e à precisão das informações dos relatórios faz com que os autores duvidem da eficácia desse método de evidenciação para os *stakeholders*.

Do mesmo modo Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) constataram que as empresas não atenderam o nível de evidenciação proposto pelo GRI e que, apesar das empresas terem o índice remissivo no sumário, a subjetividade dos textos dificultou a obtenção das informações. Contudo, os autores não contestam o comprometimento das empresas em minimizar seus impactos ambientais. É

importante frisar que um documento confuso sobre as práticas ambientais das empresas distancia os *stakeholders* das práticas reais e, dessa forma, as empresas novamente não conseguiriam transmitir realmente seu comprometimento com o meio ambiente (COSTA; MARION, 2007).

No entanto, os relatórios são documentos com grande quantidade de informações e, por isso, não podem ser desprezados. Borges, Rosa e Ensslin (2010) encontraram que 88% das informações sobre práticas ambientais estão divulgadas pelos relatórios de sustentabilidade. Altoé et al. (2013) evidenciam que a maior parte das informações ambientais divulgadas nos relatórios são positivas, destacando as melhores práticas ambientais das empresas. Já Borges, Rosa e Ensslin (2010) encontram informações ambientais positivas e negativas em um mesmo patamar, o que prejudica a evidenciação clara e precisa. Limitação na evidenciação das práticas ambientais também foi encontrada por Da Silva et al. (2009). Em seu estudo, os autores encontram que as práticas de gestão ambiental divulgadas pelas empresas analisadas têm pouca representatividade quando consideradas as possibilidades de evidenciação disponíveis.

Os estudos mostrados nesse tópico notaram pontos a serem melhorados ou evoluídos quanto às ferramentas de evidenciação, porém não discordam que os *stakeholders* precisam de informações e que é irreversível esse processo de divulgação das empresas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção visa explicar como o estudo conseguiu responder seu questionamento inicial sobre evidenciação e práticas ambientais mais evidenciadas. O presente estudo segue a abordagem qualitativa para analisar os relatórios de sustentabilidade obtidos. A abordagem escolhida se utiliza da análise documental, melhor explicada no subitem 3.3.

A fim de alcançar o objetivo geral, dois objetivos específicos foram estabelecidos:

1. Verificar se as empresas seguem as diretrizes do GRI em suas práticas de evidenciação.
2. Identificar quais práticas de gestão ambiental são mais evidenciadas pelas empresas.

Objeto de estudo

O objeto de estudo foram as empresas pertencentes ao índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

O ISE foi uma iniciativa pioneira na América Latina, criada para estimular as organizações a se preocuparem com suas responsabilidades sociais e ambientais e não apenas econômicas, contribuindo para a expansão de iniciativas em prol do

desenvolvimento sustentável. As empresas, para serem inseridas neste índice, são avaliadas segundo sua eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Ao todo são quarenta empresas integrantes da carteira atual (de 2014, a mais recente) do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa: BRF, Braskem, Duratex, Embraer, Fibria, Klabin, Vale, Natura, WEG, Suzano, Coelce, Even, Telefônica, Banco do Brasil, Copasa, TIM, Cemig, Eletrobras, Light, CESP, CPFL, Tractebel, Eletropaulo, Sul América, AES Tietê, Ecorodovias, ITAUSA, CCR, EDP, SABESP, Bicbanco, Copel, Fleury, Santander, Bradesco, Gerdau, Cielo, Itaú-Unibanco, OI e MET Gerdau.

Coleta das informações

As informações sobre as práticas de evidenciação e de gestão ambiental foram obtidas por meio dos Relatórios Anuais ou Relatórios de Sustentabilidade em formato PDF disponibilizados nos *websites* das empresas. A escolha da fonte de dados baseou-se pela acessibilidade destes documentos e pela confiabilidade na credibilidade das informações divulgadas.

Método de análise

Após a coleta dos documentos, a interpretação das informações se deu por meio da análise categórica temática, ou seja, palavras ou frases que representam uma temática maior. Essa é uma das técnicas da análise de conteúdo que ajuda na condensação das informações existentes em um documento (BARDIN, 2011).

A indexação das informações de um documento é uma prática comum desde o fim do século XIX e tem por objetivo classificar, de forma restrita, grupos de informações com características semelhantes (BARDIN, 2011). Como o segundo intuito do trabalho é verificar quais são as práticas de gestão ambiental mais evidenciadas nos Relatórios anuais ou de sustentabilidade, a análise documental e a categorização formam os métodos para atingir esse objetivo.

As categorias temáticas deste estudo foram formuladas primeiramente pela análise de frequência dos indicadores de sustentabilidade do GRI reportados nos relatórios obtidos. Esse caminho foi escolhido, porque as empresas não reportam todos os índices ambientais propostos no modelo GRI ou por sua ação não gerar determinado dano ambiental ou por ainda não ter implementado controle para mensurar tal atividade danosa.

Seis indicadores ambientais do GRI mais apareceram nos relatórios de sustentabilidade pesquisados, são eles: consumo direto de energia por fonte de energia primária (EN3); redução do consumo de energia ou intensidade energética, ou energia economizada por meio de melhorias em conservação e eficiência (EN5); total de retirada de água por fonte (EN8); emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de

energia ou total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa (EN16); redução de gases de efeito estufa ou intensidade das emissões de gases de efeito estufa ou iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas (EN18); peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição ou descarte total de efluentes, discriminado por qualidade e destinação ou descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação (EN22).

De posse dos indicadores ambientais mais frequentes foi possível formar palavras-chaves para a procura de discursos sobre as práticas sustentáveis realizadas. Quatro palavras-chaves foram usadas: "energia", "água", "emissão" e "emissões". As categorias formadas estão relacionadas às estratégias feitas pelas empresas para reduzirem seu consumo de energia, água e suas emissões de gases causadores do efeito estufa na atmosfera. Como não foi encontrado padrão nos relatórios de sustentabilidade que permitisse uma comparação entre as empresas de mesmo setor, as diversas declarações encontradas e a teoria ajudaram a formar as categorias sobre as práticas sustentáveis implementadas pelas empresas para alcançar bom desempenho ambiental.

Após a categorização dos dados, a discussão baseada no referencial teórico é apresentada e, em seguida, as conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como os relatórios de sustentabilidade são documentos com grande quantidade de informações, não podem ser desprezados (BORGES; ROSA; ENSSLIN, 2010). Além disso, o padrão GRI se popularizou entre as empresas que realizam relatórios, devido à internacionalização desse modelo. Por isso, as análises do presente estudo se iniciam em verificar se os relatórios de sustentabilidade que declaram seguir o modelo GRI realmente o fazem.

Ao analisar quarenta relatórios das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa, encontrou-se uma disparidade entre o formato proposto, pelo GRI, para se descrever as ações ambientais e o formato escrito pelas empresas. Há que se ressaltar a liberdade de escolha das empresas, pois elas podem optar por outros modelos ou, até mesmo, por adaptar o proposto. Contudo, espera-se que, ao optar por um modelo, como o GRI, a empresa siga à risca as suas recomendações. Outros estudos também encontraram diferenças entre o nível de evidenciação proposto pelo GRI e o nível de evidenciação das empresas que declaram seguir (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009; MICHELON; PILONATO; RICCERI, 2014).

Apesar da falta de homogeneidade do padrão GRI, foi encontrado o uso do índice remissivo em todos os relatórios analisados. Porém, muitas vezes foi observado que as informações de cunho ambiental constavam em textos que tratavam sobre outros temas, corroborando com os estudos de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009).

Ao realizar a análise documental, foi possível identificar nove práticas sustentáveis mais comuns nas empresas estudadas e que fazem parte da carteira atual (2014) do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BMF&Bovespa, são elas: “adotar equipamentos ecoeficientes”, “replanejar as instalações”, “sensibilizar o público interno”, “definir metas e equipes para monitorar os recursos”, “investir em projetos sustentáveis”, “estabelecer rotinas sustentáveis”, “realizar ações de mitigação das emissões”, “participar de programas externos e certificações” e “realizar inventário de emissões de GEEs”.

No Quadro 1 estão os trechos representativos dos relatórios que evidenciam a prática das empresas sobre cada uma das categorias formadas sobre práticas sustentáveis.

Quadro1: Práticas de sustentabilidade

Categorias	Trechos dos discursos
Adotar equipamentos ecoeficientes	<p>“Bacias sanitárias com duplo fluxo de acionamento”</p> <p>“Uso de arejadores e redutores de consumo em torneiras, chuveiros e descargas”</p> <p>“Instalação de equipamentos eficientes, sistemas de captação de água das chuvas”</p> <p>“Instalação de sensores de presença e lâmpadas LED nas nossas instalações”</p> <p>“Aquisição de equipamentos com selo <i>energy star</i>”</p> <p>“Os servidores utilizam fontes de alimentação certificadas 80Plus, que proporcionam maior rendimento energético e maior durabilidade”</p> <p>“Os servidores e as estações de trabalho contam com <i>hardware</i> mais econômico”</p> <p>“Modernização dos resfriadores”</p> <p>“Procedimento automatizado de desligamento da iluminação”</p> <p>“Ampliamos o número de <i>desktops</i> virtuais, resultando em economia de energia” “utilização da máquina de recarga de SF6 (um dos gases causadores do efeito estufa) com o objetivo de reduzir a perda de gás para a atmosfera durante o processo de recarga dos equipamentos”</p> <p>“Gradativa substituição de veículos movidos a gasolina ou diesel por veículos flex, o aumento do uso de veículos elétricos”</p> <p>“Sistema de gestão integrado monitora e controla o consumo de energia”</p> <p>“Adotou-se a tecnologia PINCH (...) otimizando a maneira como a água pode ser aplicada”</p>

Replanejar as instalações	<p>"Na cobertura dos prédios estão instaladas telhas translúcidas, que permitem a entrada de luz solar durante o dia"</p> <p>"Instalados 180 coletores solares no telhado da unidade".</p> <p>"Cisterna de 15 mil litros para utilização de água pluvial no processo de limpeza"</p> <p>"Sistema de captação de águas pluviais para utilização em vasos sanitários, limpeza, etc."</p> <p>"Implementação de salas de videoconferência e ambientes virtualizados permite uma redução significativa nos deslocamentos, reduzindo emissões de carbono."</p> <p>"Iniciativas para a reutilização de água em processos de irrigação, limpezas de equipamento e em processos industriais".</p> <p>"Instalações inteligentes em termos de aproveitamento de luz natural e refrigeração"</p> <p>"Nosso CTI foi construído de acordo com os princípios de TI Verde (...)"</p>
Sensibilizar o público interno	<p>"Medidas educativas de conscientização do público interno nos escritórios administrativos"</p> <p>"Programa de Uso Racional da Água (Purágua), por meio do qual realiza campanhas de sensibilização para o uso consciente"</p> <p>"Orientação das equipes de limpeza na lavagem dos pátios."</p> <p>"Redução de consumo de água atrelada a remuneração variável dos principais diretores"</p> <p>"Redução de consumo de energia atrelada a remuneração variável dos principais diretores"</p>
Definir metas e equipes para monitorar os recursos	<p>"Metas de redução de consumo de água das redes de concessionárias por fase de obra e por área em andamento (m³ H₂O/m²)"</p> <p>"Sistema IGS realiza o monitoramento de temas como água (...)"</p> <p>"Estabelecer uma Comissão Interna de Gestão do Consumo dos Recursos Naturais"</p> <p>"Definição dos Gestores de Eficiência Energética"</p> <p>"Estabelecer a Comissão Interna de Gestão do Consumo de Energia e Outros Recursos Naturais, com foco em novos projetos de efficientização de energia"</p> <p>"Meta de 38 m³ estabelecida para ser alcançada em até cinco anos."</p> <p>"Manter o consumo relativo de água em 0,40 litro de água por unidade produzida".</p> <p>"Objetivo de reduzir 5% das emissões projetadas para 2020"</p> <p>"Implantação da filosofia Lean, que identifica o fluxo de materiais e informações em todas as etapas para acabar com os focos de desperdício".</p> <p>"Mapeamento e implantação de oportunidades de redução de consumo, tanto em operações existentes quanto em projetos de capital; adoção de ferramentas de gestão de energia; revisão e elaboração de documentos técnicos".</p> <p>"Monitoramento mensal dos hidrômetros por meio de sistema de telemetria [...]"</p> <p>"Criação de grupos de monitores ambientais"</p> <p>"GT de água e energia - coordena ações para melhorar o monitoramento de dados e iniciativas técnicas para a redução de consumo"</p> <p>"Reduzir o consumo próprio de energia elétrica em 20% até 2016"</p> <p>"Metas anuais de redução para cada unidade"</p> <p>"Meta de redução em 20% no consumo de energia elétrica no período de 2011 até o final de 2015"</p> <p>"Estabelecimento de meta corporativa de redução de consumo de energia elétrica para as agências entre 2% e 4%"</p> <p>"Definição de meta corporativa de redução de consumo de água para as agências entre 2% e 5%"</p> <p>"Meta à redução de 10% das emissões de CO₂ até 2016, com base em 2011"</p> <p>"Estabelecer uma comissão interna de gestão do consumo dos recursos naturais"</p> <p>"Redução de emissões de CO₂ é meta permanente atrelada à remuneração variável da alta direção"</p> <p>"Meta a redução de 5% das emissões do grupo até 2014"</p> <p>"Em 2013 a meta de emissões de GEEs foi redefinida, com compromissos até 2015."</p> <p>"Governança dos Impactos das Mudanças climáticas (...) avaliar pontos de vulnerabilidade da Cia para a proposição de medidas prévias de adaptação climática"</p>

Investir em Projetos Sustentáveis	<p>“Projetos de inovações tecnológicas, geração de energia não convencional, aumento de eficiência operacional”</p> <p>“Desenvolvimento de <i>Sites Sustentáveis</i>, solução (...) que evita a construção de torres”</p> <p>“Estudos de aproveitamento energético de biogás e lodo em 5 estações de tratamento de esgoto de médio porte”</p> <p>“Investir ao menos 20% da verba de P&D no desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia sustentável até 2016”</p> <p>“Aquisição de parques eólicos”</p> <p>“Estudos de exploração de energia solar e geração de energia a partir do biogás”</p> <p>“Investimento em projetos de energia renovável”</p> <p>“O banco compra energia verde no mercado livre, que é energia renovável de fonte eólica, PHC (pequena central hidroelétrica), ou biomassa, equivalente ao consumo de 30% da energia elétrica utilizada nos prédios administrativos”</p> <p>“Projeto de compartilhamento da rede 4G com a concorrente levou a uma redução de 37% do consumo de energia”</p>
Estabelecer rotinas sustentáveis	<p>“Alteração do horário de desligamento dos equipamentos e do ar-condicionado”</p> <p>“Desligamento da iluminação noturna nos andares”</p> <p>“Hibernação de desktops ociosos”</p> <p>“Incentivamos o uso de videoconferências”</p> <p>“Revisão e redução de itinerários”</p> <p>“Redução do horário de funcionamento dos equipamentos de refrigeração e elevadores”</p> <p>“Padronização de compras de equipamentos eficientes para instalações”</p> <p>“Redução do número de viagens de avião, por meio do uso de videoconferências”</p> <p>“Desligamento de equipamentos, rodízio de elevadores, desligamento das luzes após 22h”</p> <p>“Carona solidária e sistema de veículos fretados para o transporte dos funcionários”</p> <p>“Medição das emissões geradas pelo transporte dos colaboradores, por via terrestre e aérea”</p> <p>“Indicadores de desempenho específicos para monitorar o consumo de energia”</p>
Realizar ações de mitigação das emissões	<p>“Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - coleta e queima de biogás, com alta eficiência e geração de energia, reduzindo assim as emissões de GEE e gerando energia limpa”</p> <p>“Plantio de árvores e distribuição de mudas”</p> <p>“Adota um modelo que prioriza a redução de consumo e a compensação de emissões de GEEs, seja na sua operação, na de clientes ou de terceiros”</p> <p>“Reduza e Compense CO2 - programa que permite que qualquer pessoa calcule as suas emissões de GEES e compense os seus impactos correspondentes por meio da compra de créditos de carbono”</p> <p>“Medidas de compensação ambientais, como gerenciar áreas contaminadas e recompor vegetação de uma área de preservação permanente.”</p> <p>“Aumento da utilização de fontes renováveis e limpas de energia, como biomassa, licor preto e hidráulica (energia elétrica própria)”.</p>

<p>Participar de programas externos e certificações</p>	<p>“Certificados de redução de emissão (reflorestamento)”</p> <p>“Membro da plataforma Empresas pelo Clima que visa mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão e redução das emissões de GEEs”</p> <p>“Membro da Carbon Disclosure Project, que visa incentivar a economia de baixo carbono e a transparência na divulgação das informações relativas às emissões de GEEs”</p> <p>“Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa”</p> <p>“Membros da CDP e assumimos o papel de multiplicadores do Supply Chain Leadership Collaboration (SCLC)”</p> <p>“O processo de certificação ISO 14001”</p> <p>“Norma ISO 14064-1, que estabelece regras e padrões para a elaboração do inventário”</p> <p>“Programa Frota Azul: desenvolvido no Departamento Operacional Norte (DPNT), objetiva aperfeiçoar a gestão da sua frota de veículos, incorporando práticas que priorizem a redução dos custos operacionais, o sequestro das emissões de poluentes e o gerenciamento de resíduos”</p> <p>“Projeto de pesquisa e desenvolvimento, do Programa de P&D da ANEEL, que desenvolveu uma metodologia inovadora para calcular a pegada de carbono de uma empresa de energia elétrica”</p> <p>“A empresa X faz parte do Water Footprint Network (WFN)”</p> <p>“44 prédios que fizeram parte do Programa de Racionamento”</p> <p>“Implantar sistema de gestão norteado pela NBR ISO 14001”</p>
<p>Realizar inventários de emissões de GEEs</p>	<p>“Inventário de emissões de GEE identifica e quantifica as fontes emissoras, servindo como ferramenta eficaz de gestão.”</p> <p>“Inventário de gases de efeito estufa”</p> <p>“Quantificação e relato sobre GEEs”</p> <p>“O inventário de carbono da X segue os padrões do (GHG)”</p> <p>“Adequação ao GHG Protocol”</p> <p>“Quantificação e à divulgação de emissões de GEE, tais como o GHG Protocol”</p> <p>“Monitora e quantifica suas emissões por meio de inventários que seguem a metodologia do GHG Protocol desde 2004”</p> <p>“Foi calculada a quantidade de carbono emitido e converteu-se essa quantidade em número de árvores a serem plantadas em 2014 para a devida compensação ambiental”</p>

Fonte: Elaborado pelos autores – extraído dos relatórios de sustentabilidade das empresas em estudo.

A primeira categoria contempla as ações empresariais de compra de novos equipamentos para trocar os antigos já ineficientes ou para tornar os atuais mais eficientes, como, por exemplo, a “instalação de sensores de presença e lâmpadas LED nas nossas instalações” e a utilização de “bacias sanitárias com duplo fluxo de acionamento” citadas pelas empresas como vias de redução da utilização de energia e água em suas instalações.

A segunda categoria contempla as modificações feitas nos prédios em que as empresas estão instaladas, além de mudanças como implantação de energia solar, sistema de captação da água pluvial, aproveitamento maior da luz e refrigeração ambiente; foi encontrada a implementação de salas de vídeo conferência a fim de diminuir deslocamentos e, assim, diminuir emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao contrário do que sugere o estudo de Alperstedt, Quintella e Souza (2010), todas as empresas analisadas mostraram-se evoluídas no cuidado com os aspectos

ambientais encaixando-se, assim, em um nível proativo da gestão ambiental, ou seja, elas fazem mais do que a legislação obriga.

O que pode ser visto nos discursos é que as empresas aprofundaram a causa da proteção ambiental, pois perceberam benefícios econômicos advindos da redução de consumo de energia, de água e de combustíveis, como Sharma e Vredenburg (1998) apontavam. A categoria “definir metas e equipes para monitorar recurso”, por exemplo, mostra a absorção da sustentabilidade nas empresas estudadas por meio da quantidade de trechos que apontam a constante definição de metas de desempenho sustentável a ser alcançada e a tendência na criação de grupos internos específicos para exercer um controle cada vez maior sobre resultados ambientais desejados.

Moldan, Janoušková e Hák (2012) postulam que a sustentabilidade tem como objetivo conservar os recursos naturais para garantir um desenvolvimento contínuo. As empresas do presente estudo também demonstraram preocupação em preservá-los e, por isso, listaram muitas informações sobre as ações destinadas à economia de água. Além das maneiras de redução já citadas – uso de novos equipamentos e reforma das instalações –, a sensibilização dos funcionários foi outra prática muito citada como meio para incentivar a redução do consumo de água.

Borges, Rosa e Ensslin (2010) destacam algumas das práticas sustentáveis mais realizadas por empresas do setor industrial de papel e celulose, como manutenção de “Reserva natural” e “redução de emissões atmosféricas”. Apesar de existirem apenas duas empresas de papel e celulose dentre as analisadas, a manutenção de áreas de preservação permanente, o plantio de árvores e a distribuição de mudas foram práticas encontradas na categoria “realizar ações de mitigação das emissões”.

Já a categoria “investir em projetos sustentáveis” refere-se a ações de longo prazo, como destinar recursos financeiros para projetos de inovação tecnológica seja para realizar novas descobertas energéticas ou para economizar energia por meio de parceiros estratégicos, o que contribui na redução de emissões atmosféricas, corroborando com os resultados achados por Borges, Rosa e Ensslin (2010).

A categoria “participar de programas externos e certificações” reúne os discursos das empresas que as associam a instituições de renome ou certificações ambientais como forma de fundamentar e fortalecer suas ações na área de gestão ambiental. Hathroubi, Peypoch e Robinot (2014) mostram a importância da prática de certificação na gestão ambiental das empresas e, no presente estudo, algumas certificações foram citadas nos relatórios, corroborando os achados dos autores. São exemplos encontrados neste estudo a ISO 14001, a ISO 14064-1 e o índice carbono eficiente da BM&FBovespa.

A última categoria, “realizar inventário de emissões de GEEs”, está relacionada com iniciativas para o controle das ações internas voltadas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Em sua maioria as práticas envolvem a busca

pela padronização de evidenciação dos inventários de emissões de GEEs, conforme o seguinte discurso citado em um dos relatórios: “quantificação e à divulgação de emissões de GEE, tais como o GHG Protocol”.

A presente seção buscou mostrar os discursos pertencentes aos relatórios de sustentabilidade das empresas pesquisadas. As categorias criadas nomeiam as práticas e tornam facilitada a visualização do que efetivamente é realizado nas empresas brasileiras pertencentes à carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. Na próxima seção são apresentadas as conclusões e as contribuições para estudos futuros.

CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÃO PARA ESTUDOS FUTUROS

No sentido de promover conhecimento sobre as práticas de evidenciação, foi verificado se as empresas do ISE seguem as diretrizes do GRI para reportarem suas ações ambientais. De acordo com o GRI (2006), a dimensão ambiental dos relatórios pode vir dividida em seis tópicos, evidenciando aspectos como a forma de gestão ambiental, metas e desempenho, políticas globais, responsabilidade organizacional, formação e sensibilização de colaboradores ou comunidade, monitoramento e acompanhamento externos das práticas de gestão ambiental. No entanto, essa estrutura não foi encontrada em nenhum relatório. Todas as empresas possuem sua própria maneira de reportar sua gestão ambiental.

Tal constatação vai ao encontro de outros estudos sobre as práticas de evidenciação das empresas, como Costa e Marion (2007), Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) e Altoé et al. (2013). Isso implica a transparência da gestão ambiental das empresas, pois a inexistência de um padrão claro a ser seguido dificulta o encontro das informações, mesmo que elas possuam o índice remissivo, corroborando novamente os resultados encontrados pelos autores citados.

Todas as empresas do estudo associam os indicadores do GRI nos seus textos. Para esclarecer essa prática, é possível encontrar informações sobre os diferentes indicadores em diferentes partes do relatório, ou seja, um indicador de sustentabilidade pode estar associado a um texto na parte de estratégias da empresa e pode não estar registrado na parte do relatório em que se declaram as informações ambientais. O problema de realizar esse tipo de organização é que os *stakeholders* podem se sentir distantes das reais práticas de sustentabilidade das empresas e começar a desconfiar das informações ali citadas como Costa e Marion (2007) afirmam em seu estudo.

Talvez uma solução para impedir o descrédito dos relatórios de sustentabilidade seria tornar obrigatório às empresas que adotam o padrão GRI o cumprimento das diretrizes sobre a organização das informações no relatório de sustentabilidade. Com isso, os interessados, como acadêmicos, acionistas, especuladores, gestores, agentes da sociedade civil, entre outros, poderiam também comparar as informações entre as empresas, ação dificultada nos atuais modos de evidenciação.

Ainda neste estudo foram analisados especificamente três aspectos da Gestão Ambiental, a saber: água, energia e emissão. A discussão sobre a gestão da água revelou que a sua conservação é de extrema importância para as empresas, enfatizando o seu comprometimento com a gestão eficiente, reutilização e conscientização de seus colaboradores, sendo estas as práticas mais comuns para redução de seu consumo.

Referente à energia, as empresas buscaram evidenciar com frequência a preocupação com a geração e a utilização de energia obtida por meio de recursos renováveis. Nesta categoria, as práticas mais comuns para a redução do consumo de energia são a criação de equipes de monitoramento, definição de metas, adoção de equipamentos ecoeficientes ou melhoria dos já existentes, bem como melhorias em seus processos de produção. Ao analisar a categoria referente à redução de emissão de gases estufa foi possível verificar uma frequente preocupação das empresas em divulgar o seu compromisso com o futuro por meio da participação em acordos, tratados, projetos ou certificações relativas à contagem da “pegada de carbono” ou correlatas com este tema.

Também, analisando-se todas as categorias discutidas, é possível verificar que a preocupação centra-se no aspecto dos processos produtivos para que se tornem adequados aos preceitos da sustentabilidade por meio de seu redesenho e do uso eficiente dos recursos, bem como a prevenção à poluição das águas e do ar. Contudo, apenas uma vez foi citada a preocupação com o envolvimento da cadeia produtiva na condução da gestão do indicador e nada foi apresentado sobre o ciclo de vida do produto, o que evidencia a necessidade de explorar ainda mais a questão estratégica da Gestão Ambiental para a continuidade dos negócios, já que eles possuem significativa relação de dependência perante os recursos naturais, posição esta defendida por Barbieri (2004).

Assim, é possível concluir que em termos práticos da gestão da sustentabilidade, no aspecto ambiental, o que é praticado e evidenciado ainda é bastante homogêneo, mesmo porque sua interpretação é bastante prejudicada pela forma esparsa e não padronizada de divulgação de informações nos relatórios anuais de sustentabilidade.

Uma sugestão de melhoria para os relatórios seria a de trazer as metas propostas para o período e os resultados alcançados em todos os indicadores sendo, assim, possível criar uma noção de evolução do esforço sustentável da empresa. Dessa forma a empresa conseguiria manter um meio de comunicação fidedigno com os seus *stakeholders*.

Indicações para estudos futuros podem ser feitas para a realização de estudos de caso nas empresas proeminentes na gestão da sustentabilidade para verificar como as políticas são criadas e postas em prática e como estes resultados são avaliados e apresentados nos relatórios. Ainda, poderiam ser analisados os demais aspectos (Econômico e Social) como forma de avaliar a evolução desses no tripé da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C.A.; EVANS, R. Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. **Journal of corporate citizenship**, v. 2004, n. 14, p. 97-115, 2004.
- ALPERSTEDT, G. D.; QUINTELLA, R. H.; SOUZA, L. R. Environmental management strategies and their determinant factors: an institutional analysis. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 170-186, 2010.
- ALTOÉ, S. M. L.; DA SILVA, P. Y. C.; DA SILVA BARBOSA, J.; DE ALMEIDA, L. B. Perfil das informações ambientais: Um estudo exploratório em empresas dos setores siderúrgico e metalúrgico. **Revista Ambiente Contábil**, v. 5, n. 2, p. 209-228, 2013.
- BANSAL, P. Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic management journal**, v. 26, n. 3, p. 197-218, 2005.
- BARAKAT, S.R. Alinhamento entre responsabilidade social corporativa e estratégia: **estudo de caso Itaú Unibanco**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013. 149p.
- BARBIERI, J.C. Gestão ambiental empresarial: **conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M.; NAIME, R. Estado da Arte da Evidenciação Social e Ambiental Voluntária. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 39-60, 2012.
- BOLIS, I.; BRUNORO, C. M.; SZNELWAR, L. I. Mapping the relationships between work and sustainability and the opportunities for ergonomic action. **Applied Ergonomics**, vol. 45, p. 1225-1239, 2014.
- BORGES, A. P.; ROSA, F. S. da; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção On Line**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.
- BOWEN, H. R. **Responsabilidades sociais dos homens de negócios**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1957.
- BÜRGER, P.; CHRISTEN, M. Towards a capability approach of sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 8, p. 787-795, 2011.
- CARROL, A. B. Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v.38, n.3, p.268-295, Set. 1999.
- CHEN, L.; FELDMANN, A.; TANG, O. The relationship between disclosures of corporate social performance and financial performance: Evidences from GRI reports in manufacturing industry. **International Journal of Production Economics**, 2015.
- CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. Global Reporting Initiative (GRI): um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 17-38, 2012.
- CORMIER, D.; MAGNAN, M. The economic relevance of environmental disclosure and its impact on corporate legitimacy: An empirical investigation. **Business Strategy and the Environment**, 2013.

COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo**, n. 43, p. 20-33, 2007.

DE OLIVEIRA CLARO, P. B.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

ELKINGTON, J. *Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: Capstone Publishing, 1997.

FONSECA, A.; MCALLISTER, M. L.; FITZPATRICK, P. Sustainability reporting among mining corporations: a constructive critique of the GRI approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 84, p. 70-83, 2014.

GALVEZ-MARTOS, J.-L.; STYLES, D.; SCHOENBERGER, H. Identified best environmental management practices to improve the energy performance of the retail trade sector in Europe. **Energy Policy**, v. 63, p. 982-994, 2013.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI (2006). **Diretrizes para relatório de sustentabilidade: versão**, v. 3, 2010.

HATHROUBI, S.; PEYPOCH, N.; ROBINOT, E. Technical efficiency and environmental management: The Tunisian case. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 21, p. 27-33, 2014.

INITIATIVE, Global Reporting. Sustainability reporting guidelines, Version 3.0. **GRI, Amsterdam**, 2006.

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2010.

LEVITT, T. The dangers of Social-Responsibility. **Harvard business review**, v. 36, n. 5, p. 41-50, 1958.

LOS, G.; OTT, E.; ZILLI, J.B.; GRANDO, T.; KOSZTRZEPA, R. O. Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ise) da BM&FBovespa. 2014. **XVII SEMEAD – Seminários de Administração**. Outubro, 2014.

MICHELON, G.; PILONATO, S.; RICCERI, F. CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. **Critical Perspectives on Accounting**, 2014.

MOLDAN, B.; JANOUŠKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: indicators and targets. **Ecological indicators**, vol 17, p. 4-13, 2012.

PARENTE, T.C. Governança e responsabilidade social corporativa: **perspectivas dos conselheiros de administração no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

PARENTE, P.H.N.; MOTA, A.F.; CABRAL, A.C.A.; SANTOS, S.M.; BRANDAO, I.F. Teoria institucional e disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 3, p. 889-918, 2014.

ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological economics**, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.

SERPA, D.A.F.; FOURNEAU, L.F. Responsabilidade Social Corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, v.11, n.3, p.83-103, Jul./Set. 2007.

SHARMA, S.; VREDENBURG, H. Proactive corporate environmental strategy and the development of competitively valuable organizational capabilities. **Strategic Management Journal**, vol. 19, p.729-753, 1998.

DA SILVA, J.O.; ROCHA, I.; WIENHAGE, P.; RAUSCH, R.B. Gestão ambiental: uma análise da evidenciação das empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 3, 2009.

SMERENICK, K. R.; ANDERSEN, P. A. The diffusion of environmental sustainability innovations in North American hotels and ski resorts. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 19, n. 2, p. 171-196, Março, 2011.

TODOROV, V.; MARINOVA, D. Modelling sustainability. **Mathematics and Computers in Simulation**, vol. 81, p.1397-1408, 2011.

VON CARLOWITZ, H. C. **Sylvicultura oeconomica, oder haußwirthliche Nachricht und naturmäßige Anweisung zur wilden Baum-Zucht**. Friederich Brauns Erben:Leipzig, 1732.

WCED. Our Common Future. World Comission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.